TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

[1]Rogério Magalhães Coimbra Silva
[2] Ítalo Ricardo Santos Aleluia

[1] Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Barreiras, Bahia, Brasil; [2] Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil.

Área temática: Saúde Publica

INTRODUÇÃO: As discussões sobre políticas de saúde para minorias sociais são indispensáveis, a partir do reconhecimento das iniquidades e quadros de violação de direitos humanos aos quais tais populações específicas estão expostas nos serviços de saúde. No que se refere a políticas de saúde da população LGBTQIAPN+, mesmo após a constituinte de 1988, essa comunidade permaneceu com seus direitos violados, em especial, o direito à saúde. **OBJETIVO:** O presente estudo apresenta um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso que tomou como objeto de investigação as "Percepções de profissionais da Estratégia de Saúde da Família sobre as necessidades de saúde na comunidade LGBTQIAPN+" e busca descrever a evolução histórica das políticas de saúde para a população LGBTQIAPN+ no Brasil. **METODOLOGIA:** Apresenta-se dados da linha do tempo construída a partir de uma pesquisa documental de Leis (1), Conferências (2), Portarias (4), Programas (4) e Políticas Nacionais (1) voltadas à comunidade LGBTQIAPN+. **RESULTADOS:** Observou-se avanço nas políticas de saúde para a população LGBTQIAPN+ como resultado de uma intensa mobilização da agenda governamental protagonizada por movimentos sociais organizados. As primeiras proposições políticas para a comunidade LGBTQIAPN+ surgiram no primeiro Governo Lula (2004) com a criação do Programa "Brasil sem Homofobia", com foco no combate à violência e à discriminação contra comunidade, além da promoção da Cidadania Homossexual. Ainda em 2004, o Ministério da Saúde instituiu o Comitê Técnico de Saúde da População LGBTQIAPN+, com vistas à construção de uma política específica para o SUS e, em 2006, lançou a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, na qual explicitava a garantia do atendimento de pessoas transexuais pelo nome social, vetando o uso de formas desrespeitosas e preconceituosas nos serviços de saúde pública. Em 2007, o Brasil criou o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DST entre Gays, HSH (Homens que fazem sexo com homens) e Travestis e, em 2008, ocorreu a I Conferência Nacional LGBT enquanto um marco histórico que resultou na elaboração de um Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQIAPN+, trazendo diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas para esse segmento. Em 2009, um marco importante foi o reconhecimento do Processo Transexualizador no SUS como um direito e em 2010 tivemos um dos principais avanços nacionais com a criação da Política Nacional de Saúde Integral a população LGBTQIAPN+. C**ONSIDERAÇÕES FINAIS:** Apesar de todos os avanços retratados nesta breve síntese histórica, ainda há no Brasil muitos desafios para efetivar os direitos à saúde da população LGBTQIAPN+, sobretudo em um cenário político de avanços de forças conservadoras e de desmonte de direitos e políticas sociais para populações vulnerabilizadas. Todavia, faz-se necessário a continuidade das lutas para a ampliação do cuidado integral em saúde e que leve em consideração a diversidade sexual e de gênero.

Palavras-chave: Políticas de Saúde Pública, Pessoas LGBTQIA+, Sistema Único de Saúde.